



AGRICULTURA

QUAL O TAMANHO DA PRÓXIMA SAFRA?

*Paulo Roberto Nunes da Silva**

A julgar pelos acontecimentos no âmbito da conjuntura agropecuária, 1995 não está sendo um bom ano para os agricultores. A entressafra não apresentou uma recuperação significativa dos preços, os conflitos entre o setor agrícola e o Governo acirraram-se, e as perspectivas para a próxima safra apontam a tendência de queda no volume produzido. A questão é: em que medida esse contexto afetará a safra 1995/96?

A entressafra de grãos

As expectativas otimistas dos agricultores de que o Plano Real geraria uma conjuntura favorável ao setor agrícola pelo aumento da demanda conduziram a uma safra nacional sem precedentes, com mais de 80 milhões de toneladas de grãos. A safra de grãos, no Rio Grande do Sul, atingiu o recorde histórico de 17,6 milhões de toneladas nas cinco principais lavouras de grãos.

As medidas de política econômica tomadas pelo Governo para conduzir a bom termo os objetivos do Plano Real potencializaram a capacidade de deprimir preços que naturalmente já seria exercida pelo grande volume de oferta de grãos no momento da comercialização. Assim, a apreciação da taxa de câmbio prejudicou a comercialização dos produtos agrícolas exportáveis, reduzindo os preços ao produtor. O alongamento dos prazos de pagamento das importações favoreceu, ainda mais, a importação de alimentos, numa

* Economista, técnico da FEE.

conjuntura em que as cotações no mercado externo estavam em baixa, contendo os preços no mercado interno. Por fim, a manutenção de elevadas taxas de juros para conter a expansão da economia favoreceu a desova dos estoques existentes e, associada à expectativa do setor privado de que o Governo seria o principal comprador, inibiu a formação, por parte desse segmento, de novos estoques.

Em decorrência, a retração dos preços afetou significativamente a renda do setor agrícola, gerando fortes mobilizações por parte dos produtores. O Governo Federal, na tentativa de reverter o quadro, tomou medidas específicas, através da alocação de recursos para financiamento da comercialização e aquisição de milho dos pequenos produtores, além da compra de arroz irrigado através da cessão de recursos ao IRGA. Essas medidas provocaram, ainda no final do primeiro semestre, uma reversão na tendência de queda dos preços desses dois produtos da lavoura de grãos, embora tenham servido apenas para fazer com que os preços nominais retomassem, em agosto, os patamares já observados em julho do ano passado. No caso da soja, as tendências do mercado externo apontadas pelos problemas climáticos no Meio-Oeste Norte-Americano, pela queda dos estoques mundiais e pela expectativa de aumento da demanda dos países asiáticos fizeram com que os preços também apresentassem uma reversão de tendência de queda a partir do final de maio. De qualquer forma, essa recuperação nominal dos preços não favoreceu a maioria dos produtores, uma vez que só uma pequena parte deles teve condições de realizar a venda parcelada da produção com o objetivo de obter maiores ganhos.

Ressalte-se que, no contexto da safra 1994/95, o processo de recuperação dos preços do arroz, do milho e da soja foi controlado pela retomada dos leilões de prêmio de equalização a partir do final de maio. Essa prática tem servido a dois propósitos: de um lado, o controle dos preços; de outro, a devolução ao mercado de um produto que o Governo teria que adquirir no momento do vencimento das operações de EGF. Com os leilões de prêmio de equalização, o custo do Governo com a manutenção dos estoques é rebaixado através do jogo entre oferta e demanda durante os pregões. Assim, por intermédio desses leilões, o Governo busca reduzir o custo de carregamento de estoques e, assim, reduzir as despesas com a Política de Garantia de Preços Mínimos.

Na conjuntura atual, os estoques oficiais são considerados suficientes para atender às necessidades de consumo até a entrada da próxima safra. Resta saber, qual o tamanho da próxima safra. Este certamente vai definir o fôlego oficial para o controle do processo inflacionário via "âncora verde" no próximo ano.

Os movimentos políticos nesta entressafra

Dois acontecimentos destacaram-se no cenário nacional: o re-crudescimento do conflito agrário, tendo como ponto culminante a ação truculenta desencadeada pela polícia ao invadir uma fazenda em Rondônia¹; e o descontentamento dos agricultores com a condução da política agrícola do atual Governo fez crescer o nível de mobilização, gerando o movimento Não Posso Plantar — Marcha para Brasília.

No caso do primeiro acontecimento, o ritmo lento de implementação da política de assentamentos de agricultores sem terra no atual Governo, levando os sem-terra à expectativa de que, mais uma vez, as metas em relação ao processo de reforma agrária não seriam alcançadas, acabou por trazer, novamente à cena nacional, o re-crudescimento do conflito agrário. O número de invasões de fazendas intensificou-se nos últimos meses. Além disso, segmentos de grandes proprietários, repetindo o acontecido em 1986 por ocasião da divulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Governo Sarney, deixaram explícita a intenção de enfrentamento, através de sua mobilização e da divulgação de que estariam formando milícias armadas.

O debate entre o Governo e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST), neste terceiro trimestre, trouxe a público o questionamento dos números sobre a execução do programa oficial de assentamentos e o questionamento da própria execução desse programa.

Nesse contexto, o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) terminou sendo substituído. Saiu um empresário da confiança do Ministro da Agricultura e entrou um técnico da confiança do Presidente da República que exercia o cargo de chefe de gabinete do Palácio do Planalto. Segundo informações veiculadas pela imprensa (JUSTIÇA..., 1995, p.1-8), a substituição teria ocorrido porque o Presidente do INCRA, até então no cargo, não tinha mais diálogo com os representantes do MST.

A partir desse episódio, o controle do programa de reforma agrária do Governo estaria, na prática, fora do âmbito do Ministério da Agricultura. Os fatos divulgados destacaram a participação do Ministro da Justiça e do seu

¹ Na madrugada de 09.08.95, o confronto armado entre 100 policiais e 600 famílias de posseiros que haviam invadido a Fazenda Santa Elina, em Corumbiara (RO), resultou na morte de 11 pessoas.

chefe de gabinete no processo de substituição do comando do INCRA. Com a substituição, as ações do Governo no âmbito da reforma agrária passariam a ser acompanhadas, de perto e de forma conjunta, pelo Ministro da Justiça, pelo seu chefe de gabinete e pelo Presidente do INCRA. O chefe de gabinete do Ministério da Justiça seria uma espécie de interlocutor do Governo junto aos setores envolvidos, desde lideranças rurais até partidos políticos. Na sequência dos fatos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem feito questão de explicitar o interesse efetivo do Governo em buscar uma solução para o conflito no campo.

O fato é que, até esse momento, como foi manifestado pela própria Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA, os entraves políticos da reforma agrária têm estado presentes

"(...) na forma desintegrada de como são elaborados e executados os programas de Governo (Federal, Estaduais e Municipais), cujas atividades tenham diretamente a ver com desenvolvimento rural integrado; na falta de priorização efetiva dos recursos humanos, materiais e financeiros indispensáveis à execução da Reforma Agrária; na falta de uma legislação consentânea com a natureza e a dinâmica que impõe um programa de Reforma Agrária; enfim, na falta de identidade e compromisso pra com a Reforma Agrária, por parte daqueles que estão a representar e a integrar os Poderes constitutivos do Estado" (Rel. CNASI, 1994, p.14).

No caso do movimento Não Posso Plantar — Marcha para Brasília, o descontentamento mencionado anteriormente culminou com a marcha de um número expressivo de agricultores em direção à Brasília e com a ocupação da Esplanada dos Ministérios por cerca de 3.000 agricultores numa manifestação contra o Governo.

Na chegada da caravana de agricultores à Brasília, uma comissão de agricultores protocolou, no Palácio do Planalto, um documento contendo um diagnóstico da crise do setor e um conjunto de reivindicações com oito pontos básicos (MÁQUINAS..., 1995, p.28):

- a) os preços dos produtos agrícolas teriam caído em média 17%;
- b) a TR deveria ser trocada pela equivalência-produto;
- c) o Plano Real teria trazido uma defasagem cambial de 40%, e as altas taxas de juros teriam ocasionado o aviltamento de preços;

- d) seria necessário fazer uma auditoria nas maiores dívidas com o objetivo de apurar o valor correto e o motivo de não terem sido pagas;
- e) o Governo deveria executar os produtores que desviaram crédito;
- f) os pequenos produtores precisariam renegociar suas dívidas por três anos, com base na equivalência;
- g) os produtores que foram atingidos pelo Plano Collor e pela alta da TR deveriam ter suas dívidas refinanciadas com base na equivalência mais juros fixos, de acordo com sua capacidade de pagamento;
- h) o Governo não estaria cumprindo a Política de Garantia de Preços Mínimos que deveria ter como base de reajuste o custo de produção mais 30%.

A leitura desses oito pontos permite algumas observações. Em primeiro lugar, destaca-se o caráter imediatista das reivindicações apresentadas. Entende-se que esse caráter foi construído ao longo dos últimos 16 anos de mobilizações em prol de uma política econômica favorável ao setor. Nesse período, a busca de uma solução para os problemas da conjuntura foi priorizada em detrimento da construção de uma estratégia de longo prazo que buscasse a solução dos problemas estruturais do setor. Na realidade, mexer na estrutura nunca foi interesse dos grupos influentes, que sempre hegemonizaram tais mobilizações.

O imediatismo presente nesse tipo de prática prejudicou a capacidade das lideranças de ver que a implementação de medidas de política econômica para beneficiar a agricultura, com a abrangência e a profundidade que ela necessitava, passava pela própria transformação do Estado e pela solução de sua crise. Ou seja, a solução dos problemas que atingiam e atingem a agricultura se insere numa questão mais ampla. Em última análise, uma agricultura forte não pode ser construída sobre um Estado em crise, sobre uma sociedade sem perspectivas em relação a seu futuro e, muito menos, sobre um dos piores quadros de distribuição de renda do Planeta. A revisão do comportamento político das lideranças, em face da nova realidade estabelecida pelas transformações que vêm ocorrendo na economia, a modernização do discurso e da ação em busca de uma agricultura moderna e competitiva são, certamente, caminhos mais adequados para a modificação do quadro atual da agricultura brasileira.

Com relação à condução do movimento, observa-se que suas lideranças cometeram pelo menos dois equívocos.

Em primeiro lugar, apesar de terem conhecimento de que, na data da manifestação na Esplanada dos Ministérios, o Presidente da República, principal alvo da manifestação, não estaria no País, mantiveram sua realização, contribuindo para um certo esvaziamento. A esse respeito, cabe ressaltar aqui que o Presidente Fernando Henrique Cardoso havia feito, alguns dias antes, uma manifestação que irritara profundamente as lideranças do movimento. O Presidente, referindo-se às reivindicações quanto às soluções para o processo de endividamento, havia dito que "Há uma coisa que não posso fazer: aceitar o calote" (PROTESTO..., 1995, p.A-1). Em segundo lugar, as lideranças deram início a um movimento que, desde seu começo, não contou com o apoio de todos os segmentos do setor agrícola. A CONTAG, por exemplo, manifestou-se publicamente, através de uma nota à imprensa, que o movimento não representava os interesses de trabalhadores rurais, míni e pequenos produtores. Para a CONTAG, a luta desses segmentos "(...) não pode ser confundida com os interesses da agricultura patronal, cuja produção, em grande escala, está direcionada para o mercado externo" (REVOLTA..., 1995).

Ademais, durante o movimento, ficou clara a cisão entre as próprias lideranças. Os agricultores, em assembléia na Esplanada dos Ministérios, manifestaram sua discordância com a decisão da comissão organizadora de entregar um documento ao Vice-Presidente Marco Maciel sem a aprovação da base e reclamaram da tentativa dos dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) de, na última hora, ficarem à frente do movimento.

A discordância do movimento em relação à atuação da bancada ruralista no Congresso ficou demonstrada na palavra do Presidente da Central de Associações dos Produtores Rurais: "Foi uma piada o que fizeram em nosso nome, ficou pior do que estava ántes, um retrocesso, eles não têm direito de fechar negociações em nosso nome" (PRODUTOR..., 1995, p.B-16).

Ao fim do movimento, os manifestantes, por intermédio de uma comissão formada por dois representantes de cada estado presente, redigiram um novo documento, que foi protocolado no Palácio do Planalto. Não houve alterações significativas de conteúdo em relação ao documento entregue inicialmente. Contudo foi excluído o pedido de fim da TR na correção das dívidas passadas. Em seu lugar, passaram a reivindicar a consolidação de todos os débitos dos agricultores até 01.07.94, convertendo o valor apurado em produto. Pediam ainda, que o prazo de pagamento fosse ampliado para 10 anos — o Governo havia oferecido dois anos —, com dois de carência, facultando ao tomador do crédito a indicação do produto a ser utilizado para efeito de cálculo da equivalência.

Em continuidade, as lideranças do movimento reuniram-se, no final de agosto, com representantes das indústrias de insumos e máquinas e equipamentos. O objetivo foi juntar informações para fundamentar o argumento de que a crise da agricultura estava se espalhando para os demais setores da economia. Pretendiam, também, contestar a informação divulgada pelo Governo de que a redução da produção agrícola, na safra 1995/96, seria pequena. Nesse encontro, o Presidente do Sindicato Rural de Uberlândia manifestou-se dizendo que "O Governo diz que a situação é boa e que a safra de 1996 será como a desse ano. Isso não é verdade" (LÍDERES..., 1995, p.B-16).

Seja em função do movimento ou não, alguns fatos aconteceram durante e após o seu encerramento. O BNDES divulgou através de carta-circular que o montante cobrado indevidamente dos mutuários da FINAME, em função da aplicação indevida da TR, deveria ser devolvido. O montante estimado de devolução foi de R\$ 80 milhões. Os contratos atingidos pela medida seriam os firmados entre 09.10.91 e 30.04.93. Foi determinada, também, a renegociação do prazo de amortização de parcelas das obrigações vencidas em 1993 e ainda não pagas. Os bancos também poderiam renegociar a dilatação de vencimentos, por até 24 meses, da parcela mínima de 20% e máxima de 30% dos valores das obrigações vencidas em 1995.

Posteriormente, a margem de negociação das parcelas anuais das dívidas dos financiamentos da agência FINAME foi aumentada de 30% para 50%. Isso permite que o mutuário possa pagar apenas a metade da dívida e renegocie o restante em duas vezes, com o primeiro pagamento sendo adiado para 1996. O prazos dos financiamentos pela FINAME passaram de cinco para sete anos. De outra parte, os preços mínimos divulgados para a safra 1995/96 não sofreram a redução que estava sendo esperada pelo próprio setor. O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a criação de bancos comerciais a serem constituídos exclusivamente com cooperativas agrícolas e a elevação do fator de redução da TR de 1,012 para 1,013, a partir de 1º.10.95. Essa medida beneficia diretamente as dívidas agrícolas com base na TR.

Finalmente, é possível considerar que o Governo, no contexto atual, tem pouco espaço para margens de manobra. Manter o diálogo e acenar com a securitização da dívida, já em vias de ser implementada, e com a criação de um "fundo verde" faz parte de um processo de aproximação com o setor agrícola, que visa, em última análise, evitar maiores repercussões negativas sobre o resultado da safra 1995/96.

Considerações preliminares sobre a safra 1995/96

As intenções de plantio dos agricultores estão sendo determinadas por dois fatos fundamentais: de um lado, a queda da receita agrícola gerada pela redução do nível de preços recebidos pelos agricultores e sua repercussão sobre o volume de capital de giro disponível para a realização do plantio; de outro, as perspectivas de que as condições de comercialização, no próximo ano, sejam bem melhores do que as da safra passada.

No mercado interno, essas perspectivas são definidas por um horizonte de preços em recuperação. Recuperação esta que não deverá ser muito expressiva, em função do nível atual de estoques e da continuidade do controle do Governo sobre a evolução dos índices de preços. Em contrapartida, a possibilidade que vem sendo colocada de significativa redução da área plantada no Centro-Oeste introduz a probabilidade de ampliação do mercado para os produtores do Sul. Todavia, sob o ponto de vista da demanda interna, o quadro atual não aponta tendência de alterações significativas.

No mercado externo, o quadro desenhado pelos problemas climáticos no Meio-Oeste Norte-Americano, pela redução dos estoques mundiais e pela ampliação da demanda dos países asiáticos, é um forte indicador de que as cotações tendem à elevação.

Se as expectativas de que os fatores positivos para a recuperação dos preços pesarem mais na decisão dos produtores, é provável que a redução de área na lavoura gaúcha de grãos não sofra redução tão expressiva como chegou a ser propalado. É oportuno lembrar que a redução de área observada entre as safras 1990/91 e 1991/92 foi de apenas 1,1%. Nessa ocasião, a receita agrícola, no Rio Grande do Sul, havia sido significativamente reduzida pela quebra de 48% na produção física da lavoura de milho e de 65% na de soja, em razão da forte estiagem. Ademais, os mutuários do crédito agrícola, além de atingidos pelo "descasamento" do Plano Collor, enfrentavam a redução do volume de recursos para o crédito rural decidido pela então Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Melo.

É provável que o impacto maior sobre o volume de grãos a ser produzido pela lavoura gaúcha ocorra em função da redução no uso de insumos gerada pela escassez de recursos. Nesse particular, entretanto, cabe levar em conta as alterações na base técnica da lavoura gaúcha que estão sendo feitas com a adoção da prática do plantio direto. Essa prática é, reconhecidamente,

recuperadora dos solos e, nos últimos anos, vem sendo significativamente ampliada, devendo ser considerada sob o ponto de vista do impacto da redução de gastos com fertilizantes sobre o rendimento físico por unidade de área. A redução dos custos via minimização no uso de máquinas e equipamentos também é um fator que merece atenção. Este é, sem dúvida, um bom momento para se observar o impacto positivo das mudanças que estão sendo, aos poucos, introduzidas na lavoura gaúcha e que se colocam como um importante fator de busca da tão almejada competitividade.

Bibliografia

- JUSTIÇA administra conflitos agrários (1995). **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.1-8, 29 set.
- LÍDERES reúnem-se na CNA (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.9-16, 23 ago.
- MÁQUINAS começam a ocupar a capital (1995). **Zero Hora**, Porto Alegre: RBS, p.28, 17 jul.
- PRODUTOR quer separar o joio do trigo (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.8-16, 19 jul.
- PROTESTO na Esplanada (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-1, 18 jul.
- RELATÓRIO CNASI (1994). **Entre o concreto e o sonho da reforma agrária**. p.14.
- REVOLTA de produtores contra o Presidente (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 18 jul.